

Alexandre Coutinho da Silveira

GOVERNANÇA PÚBLICA DE ROYALTIES

Federalismo fiscal e futuras gerações

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2016

Copyright © 2016 by Alexandre Coutinho da Silveira

Categoria: Financeiro e Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rosane Abel

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

Silveira, Alexandre Coutinho da

Governança pública de Royalties federalismo fiscal e futuras gerações. /
Alexandre Coutinho da Silveira. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2016.
440 p.; 23 cm.

Bibliografia: p. 381-424.

ISBN: 978-85-8440-688-3

1. Direito Financeiro Brasileiro. 2. Transparência Fiscal - 3. Royalties -
Brasil - Federalismo Fiscal. I. Título.

CDD – 341.38

Sumário

Introdução	1
1. A exploração de recursos naturais não renováveis e suas armadilhas	11
1.a. Notas sobre a relevância da receita de exploração de recursos naturais não renováveis	11
1.b. A maldição dos recursos naturais.	15
1.b.i. Há mesmo uma maldição?	15
1.b.ii. Características da receita pública oriunda de recursos naturais não renováveis.....	23
1.b.iii. A chamada maldição: o que ela causa?.....	25
1.b.iii.1. Volatilidade da receita	27
1.b.iii.2. Comportamento rentista	28
1.b.iii.3. Fraqueza institucional.....	31
1.b.iii.4. Corrupção	35
1.b.iii.5. Ausência de Transparência.....	40
1.b.iii.6. Outros efeitos. Conduta antidemocrática, Desigualdade, Guerras Civis, Liberdades das Mulheres.	51
1.c. Doença Holandesa.....	61
1.d. Redução da carga tributária	66
2. A perspectiva intergeracional	75
2.a. Recursos naturais não renováveis e as gerações futuras: um elo necessário. A finitude como elemento intrínseco e inafastável da exploração e que se reflete na receita pública decorrente.....	75
2.b. Por quê vincular royalties de recursos naturais não renováveis à ideia de equidade intergeracional	88
2.b.i. Explorar para quê? Uma breve menção ao pensamento furtadiano.	88
2.b.ii. Economia dos Recursos Naturais: Hotelling, Solow, Hartwick.	98
2.b.iii. A Filosofia política de John Rawls e o problema da justiça entre gerações	113
2.b.iii.1. Aspectos fundamentais da justiça como equidade.....	113
2.b.iii.2. A justiça entre gerações em Rawls.	124

2.c. O que é equidade intergeracional: o que devemos às gerações futuras?	134
2.d. Equidade intergeracional, estrutura constitucional e representação.....	152
2.e. Equidade intergeracional, finanças públicas e direito financeiro.....	163

3. Royalties no Brasil. Federalismo fiscal e aspectos do ordenamento para a governança dos Royalties, sob análise da equidade entre gerações e dos efeitos deletérios da exploração	175
3.a. A equidade intergeracional nos ordenamentos internacional e brasileiro. As disposições do direito financeiro brasileiro	178
3.b. Sobre o domínio dos recursos naturais não renováveis no Brasil.....	197
3.c. Sobre a justificação e identidade dos royalties no direito brasileiro.	201
3.d. Royalties e federalismo fiscal. Notas sobre a partilha espacial e sobre uma orientação temporal à partilha espacial	220
3.d.i. Sobre a teoria do federalismo fiscal.	220
3.d.ii. A partilha espacial dos royalties de recursos naturais não renováveis no Brasil. A recente batalha legislativa e a corrente batalha judicial.....	237
3.d.ii.1. São procedentes as reivindicações dos Estados do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e de São Paulo?.....	246
3.d.iii. Crítica à atual partilha espacial dos royalties. E: uma orientação de natureza temporal.....	250
3.d.iv. Crítica ao regime de vinculações a órgãos da União.....	268
3.e. Racionalidade no trato dos royalties e classificação financeiro-orçamentária.....	272
3.e.i. Receita originária, patrimonial	273
3.e.ii. Receita de capital.....	278
3.f. Fundos	291
3.f.i. Os Fundos brasileiros. O Fundo Social da União.	314
3.f.ii. Críticas ao Fundo Social da União.	321
3.g. Exploração de recursos naturais não renováveis e tributação. A relação entre a receita proveniente da exploração do patrimônio público e o financiamento das despesas estatais. Notas sobre a realidade brasileira.....	327

3.h. Constrangimentos na perspectiva do gasto e suas burlas. Nota sobre a qualidade do gasto. Necessidade de regras de vinculação/afetação do gasto público da receita de royalties	346
3.i. Transparência fiscal	354
3.j. Uma crítica aos novos marcos regulatórios das explorações mineral e petrolífera. Oportunidades desperdiçadas. Ausência de regras que tragam as futuras gerações ao debate	367
Conclusão	377
Referências bibliográficas	381